

O FOGO KALUNGA: USOS TRADICIONAIS, A PRESENÇA DO PREVFOGO/IBAMA E CONFLITOS TERRITORIAIS

THE KALUNGA FIRE: TRADITIONAL USES, THE PRESENCE OF PREVFOGO/IBAMA, AND TERRITORIAL CONFLICTS

Nádia Malena MODA

Licenciada em Geografia pela UNICAMP (2018)

Mestra em Geografia pela UFMG (2024)

Possui experiência de voluntariado em unidades de conservação e pesquisa junto a comunidades tradicionais

Klemens Augustinus LASCHEFSKI

Possuí títulos de mestre (1992) e de doutor em Geografia (2002, bolsista CAPES/DAAD), da Universidade de Heidelberg, Alemanha

Professor titular com ênfase em Ecologia política no Programa de Geografia do Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador do CNPq

Eguimar Felício CHAVEIRO

Graduação em Geografia pela Pontífice Universidade Católica de Goiás (1987)

Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996)

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001)

Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ)

Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG)
Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço, Sujeito e Existência "Dona Alzira"

RESUMO

O fogo é um distúrbio que acontece na Terra, seleciona espécies, intercede ambientes e paisagens. Ele não acontece em todos os lugares do mundo, mas onde ele ocorre as pessoas que ali viviam, e vivem, aprenderam a usar o fogo. Assim, ao longo do tempo, passou a ser técnica fundamental para manutenção da vida, constituindo territórios e territorialidades. A partir de outras visões da natureza e políticas ambientais externas, o fogo e seus manejadores passaram a ser criminalizados, sendo motivo de disputa e fonte de conflitos territoriais. O presente trabalho traz os principais resultados da pesquisa de mestrado que investigou as relações do Kalunga com o território a partir do manejo do fogo, onde foi documentada suas percepções acerca das leis ambientais e presença do Prevfogo/IBAMA em seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Usos do Fogo; Territorialidades do Fogo; Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

Fire is a disturbance that occurs on Earth, selecting species, altering environments and landscapes. It does not occur everywhere in the world, but where it does occur, the people who lived there, and still live there, have learned to use fire. Thus, over time, it has become a fundamental technique for sustaining life and survival, establishing territories and territorialities. Based on other views of nature and external environmental policies, fire and its managers have come to be criminalized, becoming a source of dispute and territorial conflict. This paper presents the main results of a master's thesis that investigated the Kalunga relationship with their territory through fire management, documenting their perceptions of environmental laws and the presence of Prevfogo/IBAMA in their territories.



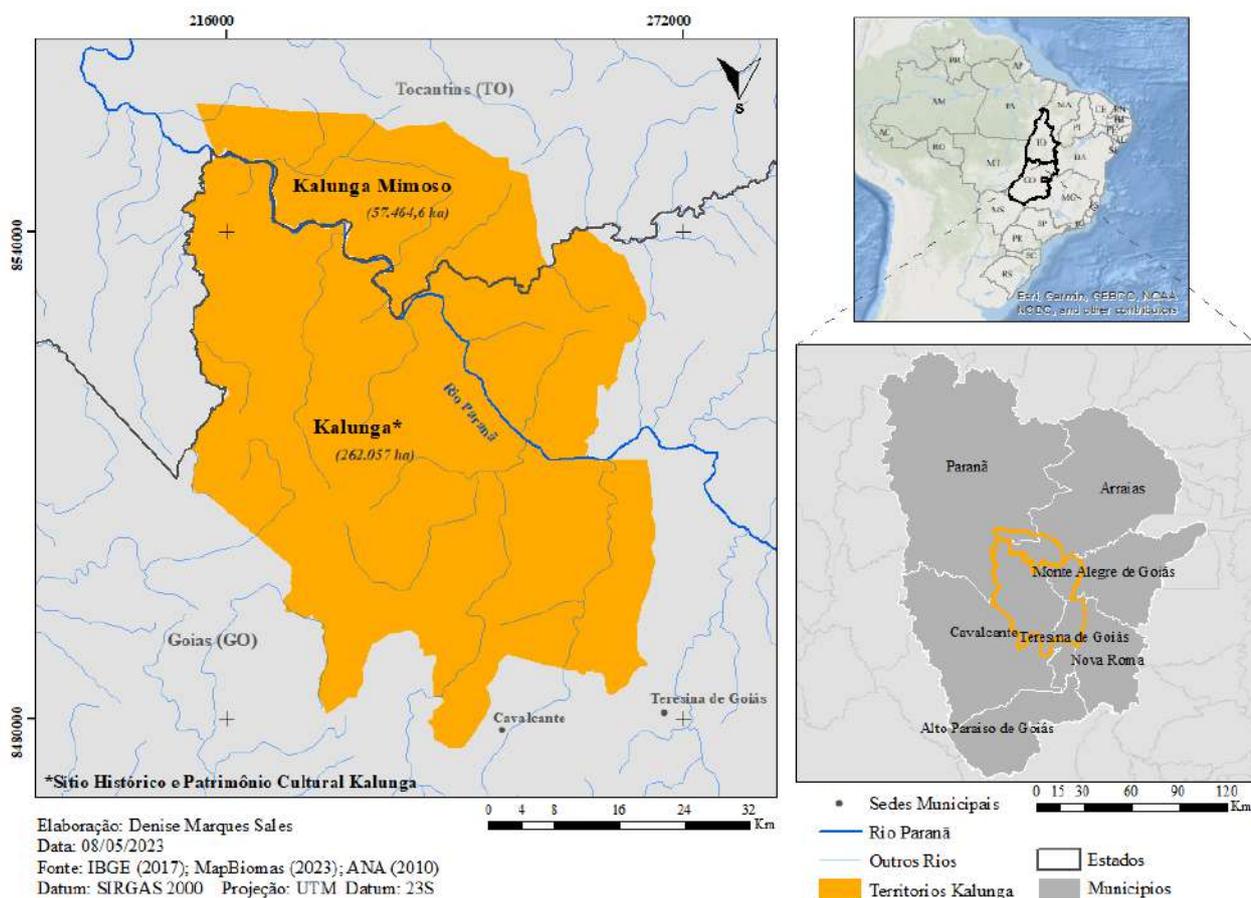
KEYWORDS: Uses of Fire; Territorialities of Fire; Territorial Conflicts.

INTRODUÇÃO

O fogo é usado para fins de agricultura, criação de animais e manejo das paisagens por diversos povos e em vários lugares do mundo, sendo o Território Quilombola Kalunga (TQK) um exemplo. O uso do fogo é uma prática ancestral, transmitida pela oralidade e pela prática, resultado da relação estreita entre o povo, a natureza e as necessidades da vida. No TQK, o fogo é usado para abertura de roças de toco, renovação de pastagem para o gado e diminuição do capim a fim de proteger contra danos causados por fogo indesejado (incêndios). No Brasil, até 2012, a política de fogo era a do Fogo Zero, que negava a importância do fogo para biomas como o Cerrado, bem como para os povos que o usam cotidianamente para produção de alimentos e manejo das paisagens. Assim, o fogo era proibido e seus usuários criminalizados, gerando tensões e conflitos entre os povos e os órgãos públicos ambientais.

Este trabalho, escrito a partir da dissertação de mestrado intitulada “Geografias do Fogo e suas Territorialidades: um estudo na realidade Kalunga”, tem o objetivo de trazer os principais resultados da pesquisa que foram apresentados no VI Encontro de Pesquisa, Diálogos, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga, no Vão de Almas, como parte da devolutiva da pesquisa. A coleta de dados do mestrado contou com pesquisa bibliográfica e pesquisa em campo, realizado nas regiões do Vão do Moleque e Vão de Almas, no Goiás, e Mimoso, no Tocantins, com 25 colaboradores que compartilharam seus conhecimentos e reivindicações. Os nomes utilizados na transcrição das entrevistas ao longo do texto são fictícios, a fim de resguardar a identidade dos sujeitos, visto que o tema é delicado. As teorias e métodos que guiaram a investigação foram a fenomenologia (Holzer, 1997; 2016); a etnogeografia (Claval, 1999); imersão em campo (Marandola Jr; Hogan, 2009), observação participante e entrevistas abertas (Minayo, 2007).

Fig. 1. Mapa de localização do Território Quilombola Kalunga



Fonte: elaborado por Denise Sales para a dissertação (2023)

CONFLITOS TERRITORIAIS PELO USO DO FOGO

O fogo acontece naturalmente no Sistema Terra desde o final do Siluriano, mais ou menos há 420 milhões de anos (Scott; Glasspool, 2006). O combustível (vegetação) e o comburente (O₂), em condições propícias, permitiram que raios e erupções vulcânicas se transformassem em fontes de ignição para queimadas naturais (Pyne, 2009). Ao passo que a vegetação se estabeleceu e as primeiras florestas se formaram, os eventos de fogo se tornaram mais frequentes, se incorporando aos processos ecossistêmicos e contribuindo para selecionar espécies e moldar biomas, como a dispersão das savanas no período Cenozóico (Scott; Glasspool, 2006; Bowman *et al*, 2011). Assim, o tipo de vegetação, a fonte de ignição e os demais fatores abióticos - relevo, a temperatura, direção e velocidade de ventos e umidade - controlam e influenciam o fogo pelo



mundo, sendo o regime hídrico um dos fatores que mais influencia e determina como e onde o fogo vai queimar.

Myers (2006, p. 3-6), a partir de estudos de Hardesty *et al.* (2005), nos apresenta quatro categorias de ambientes a partir de sua resposta ao fogo: ambientes sensíveis, ambientes influenciados, independentes e dependentes do fogo. O Cerrado, bioma-território (Castilho; Chaveiro, 2010) dos Kalunga, apesar de não ser incluído nos exemplos da categoria dependente do fogo, é classificado como propenso ao fogo (Barradas, 2017). Em casos como esse, retirar o fogo do bioma causa desequilíbrios ecológicos e perda da biodiversidade (Martin & Sapsis, 1992)

De acordo com Pausas & Keeley (2009), os primeiros hominídeos apareceram na África oriental há 2,5 milhões de anos, e o fogo foi intimamente integrado com diversos de seus processos evolutivos, existindo evidências de seu uso controlado para caça e manejo de paisagens. Acredita-se que o estabelecimento do *homo erectus* e seus ancestrais estava relacionado com os alimentos cozidos, e para isso usavam o fogo, sendo que o ato de cozinhar também influenciou outros comportamentos de caráter sociocultural. Os seres humanos se tornaram também uma fonte de ignição, alterando os regimes de fogo, e os usos do fogo se diversificaram e se tornaram cada vez mais rotineiros, como limpezas de área para pouso, abertura de caminhos, rebrota de fontes de alimento para as pessoas e animais, guerras entre grupos, e de forma extensiva na agricultura (Pausas; Keeley, 2009).

Facilmente podemos cair no discurso e na busca de um regime de fogo natural, onde é idealizado um passado sem humanos e apenas com ignições naturais. Entretanto, Pyne (2004, p. 876) nos lembra “que a natureza selvagem, paradoxalmente, é uma instituição humana”. Ou seja, as inúmeras naturezas existem porque nós as criamos, materialmente e simbolicamente, e tais criações são propostas a partir de ideologias, que às vezes estão em conformidade com aquele ambiente, mas às vezes não.

O fogo, por si só, possui seus ambientes e tem preferência pelos que lhe dão condições de se espalhar. As pessoas, cada grupo vivendo em determinados ambientes, estruturam territorialidades. Em ambientes inflamáveis, os territórios humanos se assentaram sobre os territórios do fogo e hoje é impossível separá-los. Essa coexistência entre humanos e fogo resultou



em arranjos ecossistêmicos, culturais e territoriais particulares de cada grupo, que se ampara em uma cosmologia, ou uma filosofia particular.

Uma das narrativas que orienta a relação dos seres humanos com a natureza advoga sobre a necessidade de se proteger certas áreas naturais, a fim de que seus recursos sejam conservados, ironicamente, sem a intervenção humana. A este tipo de relação com a natureza Diegues (2001) intitulou de “O mito moderno da natureza intocada”. Nos Estados Unidos, a criação do primeiro parque nacional se deu em 1872, a partir de uma visão cristã da natureza, concebida de forma idílica e que prevê paraísos intocados na Terra, onde a única interação humana permitida é a contemplação. Tal modelo foi importado por diversos países, incluindo o Brasil.

Por resultar na sobreposição de territórios com distintas ideologias, a criação destas unidades de conservação no Brasil e no mundo carregam como consequência conflitos socioambientais e culturais, porque tais territórios são geridos a partir da visão de que toda e qualquer intervenção humana é prejudicial e degradante, sendo o fogo mais um mal a ser combatido. Dessa forma, povos originários e tradicionais foram destituídos de seus territórios e o fogo foi criminalizado.

Apesar dos territórios tradicionais não serem da mesma categoria de áreas protegidas que os parques nacionais, as leis ambientais, até pouco tempo atrás, ditavam sobre todo o meio ambiente, abarcando em um mesmo texto as unidades de conservação, os territórios indígenas e tradicionais e demais terras da união. Assim, até 2012, a lei em vigor era a do Fogo Zero, que se amparou na referida visão intocada da natureza, que, por sua vez, interpretou errado o papel do fogo no equilíbrio dos ecossistemas, sendo a exclusão total do fogo o único manejo possível. O fogo e seus manejadores foram combatidos e criminalizados. Tal visão acarretou em perdas inestimáveis de conhecimentos tradicionais, conflitos socioambientais entre povos e gestores, desequilíbrios ecossistêmicos atrelados à ocorrência de grandes eventos de incêndios, e a perda da biodiversidade pela exclusão do fogo (Diegues, 2001; Bond; Archibald 2003; Barradas, 2017). De acordo com Laschefski, Dutra e Doula (2012), “é diante dos diferentes significados atribuídos a uma mesma base material que surgem os conflitos socioambientais” (p. 407), e, de acordo com a Cartilha dos Povos Tradicionais,



cabe ressaltar também que a produção desses povos e comunidades é marcada por ritmo e lógica próprios. Muitas vezes queremos imprimir outros ritmos e lógicas aos processos produtivos de tais comunidades, sem considerar que elas são estruturadas com base nos princípios de autonomia e liberdade, o que não combina com a completa subordinação ao mercado ou a qualquer outro padrão (CIMOS/MPMG, p. 14).

Mistry *et al.* (2005) escrevem a respeito do manejo do fogo pelo Povo Krahô, no Tocantins. Os Krahô têm o fogo como uma parte inerente à vida. No território dos Krahô, os autores relataram que os mais jovens possuem visões distintas acerca do fogo em relação às gerações anteriores, e que essa mudança foi provocada pela convivência com os não-indígenas.

Bilbao *et al.* (2010) observaram o mesmo processo conflituoso no Parque Nacional Canaima, na Venezuela, que sobrepõe terras onde vivem o Povo Pemón, que usam suas savanas de forma semelhante aos Krahô. Lá, as mudanças em relação ao fogo estão associadas com a chegada de grupos religiosos missionários em 1930, que alteraram os padrões culturais do Povo Pemón, provocando, inclusive, uma maior sedentarização da população e uma redução no uso do fogo.

Barradas (2020) escreveu sobre a relação entre as leis de segregação racial nos Estados Unidos, Austrália e África do Sul. Neste último caso, foi defendido em discurso de Nelson Mandela que a conservação de parques sul-africanos “deve ser garantida por meio do apoio da maioria da população negra do país” (p. 81).

Em seu trabalho de mestrado, a autora supracitada (2017), então gestora da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (ESEC-SGT/ICMBio), localizada na região do Jalapão (TO), ambiente de Cerrado e onde coexiste com outras unidades de conservação e territórios quilombolas, dissertou sobre a gestão de conflitos acerca dos usos do fogo entre a visão institucional e a necessidade daqueles que ali viviam antes da Estação chegar. O início da resolução dos conflitos se deu no contexto da mudança de paradigma institucional sobre o fogo, a partir da adoção da política do Manejo Integrado do Fogo (MIF), conceituado por Myers (2006), cujo termo proposto por Barradas (2020) é “Manejo Intercultural do Fogo”, que prevê, entre outras bases, a retomada e consideração dos conhecimentos tradicionais do fogo para gestão de áreas e paisagens, ou seja, os fatores socioculturais.

A existência desse tipo de conflito territorial, a partir e pelo manejo do fogo, se tornou realidade no mundo todo porque as instituições que atuam na conservação da biodiversidade



tragicamente separaram o fogo e as pessoas da biodiversidade, como se não fossem as pessoas também natureza, que atuam em prol da conservação de sua própria biodiversidade, mesmo porque é dela que dependem diretamente para garantir a perpetuação da vida.

Os incêndios florestais de grande magnitude são uma realidade em todos os biomas do Brasil, em alguns casos estão atrelados à falta de manejo do fogo para redução de material combustível, e muito como ferramenta de abertura ilegal de áreas de plantio de grandes monoculturas para exportações de *commodities*. Mas, quando falamos de fogo, algumas perguntas são necessárias para guiar a análise antes de qualquer julgamento: todo fogo é um incêndio? Queimada e incêndio são a mesma coisa? Se não, esse fogo é de que? Para que? Usado por quem? De que forma?

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Quando a pesquisa de mestrado estava sendo realizada, as políticas de fogo estavam amparadas no Código Florestal, lei 12.651 de 2012, onde está explicitado, no segundo parágrafo do artigo 38, que as populações tradicionais e indígenas não estão contempladas na proibição do uso do fogo. Ou seja, possuem autonomia para realizar suas práticas de manejo do fogo conforme seus costumes e leis próprias, sem necessidade de licença dos órgãos ambientais (Brasil, 2012).

Em 31 de julho de 2024, pouco tempo depois de ter a dissertação defendida, foi publicada a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, a primeira lei que trata de fogo no Brasil. É um avanço maior do que o Código Florestal para tratar da questão do fogo em Territórios Quilombolas e Indígenas, visto que a lei reconhece, conceitua e permite o

uso tradicional e adaptativo do fogo - prática ancestral adaptada às condições territoriais, ambientais e climáticas atuais, empregadas por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em suas atividades de reprodução física e cultural, relacionada com a agricultura, a caça, o extrativismo, a cultura e a cosmovisão, próprias de sua gestão territorial e ambiental (Brasil, 2024).

A lei também dá diretrizes para a formulação do Plano de Manejo Integrado do Fogo, documento que consiste no planejamento e gestão do fogo nos territórios e unidades de conservação, feito através de oficinas e contando com a participação das organizações sociais locais,



lideranças, brigadistas e população interessada na temática. Esse tipo de ação é uma ferramenta importante para solucionar possíveis conflitos e alinhar a gestão do fogo no território.

USOS DO FOGO NO TERRITÓRIO KALUNGA

De modo geral, há três manejos da paisagem diretamente relacionados com o uso do fogo: roças de toco, criação de gado e manejo do capim, sendo esses dois últimos muito interligados, mas também há a intenção de manejar o capim a fim de evitar danos com o fogo. As roças são feitas em ambientes mais fechados, na mata ou no capão, pois o solo é mais fértil - as chamadas terras de cultura. O gado é criado na larga, na solta, nas campina ou vereda, tendo o fogo como ferramenta de impulsionar a rebrota do capim.

Sobre as roças de toco, Francisco (80) disse que já queimou sozinho, “*com muié e fio, e num escapa porque a gente sabe fazê*”. Pedro (80) disse que

sempre fazia acero nas casa, ao redó das casa, pra mó de vir fogo não pegá. Fazia acero de enxada mas com fogo tamém. Botava fogo na boca da noite, tardezinha, que logo ele apagava por ele mesmo. Ia queimando de pouco.

Jorge (72) disse que por arredor de sua casa tudo já foi roça; que ele usa a mesma roça pelo tempo que ela aguentar, uns 8 anos, 10 no máximo, aí depois muda de lugar e deixa a mata brotar de volta. Depois de uns 20-25 anos, pode usar aquele lugar de roça de novo, repetindo o processo de corte e queima. João (55) disse que “*nas roça nois juntava uns 4-5 homem e fazia acero na enxada e queimava e o fogo não escapava não, fazia certinho*”. Não deixar escapar o fogo da roça, ou de qualquer queima com área previamente desejada e delimitada, requer um preparo prévio da área e o conhecimento de como colocar o fogo para que ele respeite o espaço que você quer queimar.

No caso das roças de toco, é cortado a parte aérea das árvores, deixando algumas de pé quando é do interesse, como pequizeiros e palmeiras. É comum que recolham as madeiras das árvores que foram cortadas para construção/reformas de casas e confecção de utensílios; o resto do material é deixado secando. Deixa-se o toco das árvores no chão para que elas possam rebrotar quando o período de descanso daquela roça chegar (quando então será chamada de capoeira). Daí o nome roça de toco. Há um esquema rotativo do uso das roças, e é respeitado o tempo da natureza

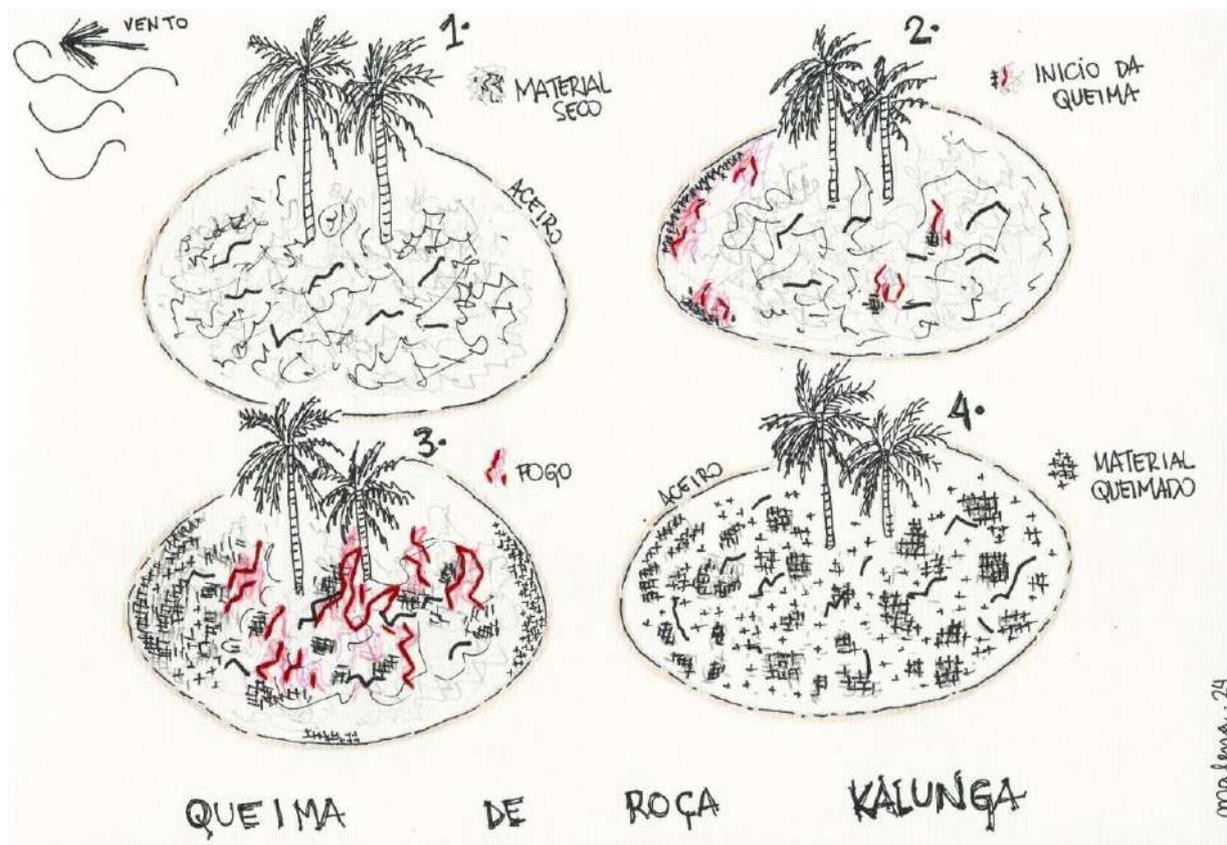
para reciclagem de seus nutrientes e estruturas ecológicas, de modo que o solo e a vegetação não percam suas características. Nas fotos abaixo, podemos ver a vegetação cortada e seca que foi queimada para abertura da roça, e ao redor a vegetação em pé.

Fig. 2. Queima de roça.



Fonte: acervo da autora, setembro de 2023.

Fig. 3. Ilustração de queima de roça.



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A figura acima, que demonstra uma queima de roça, foi feita a partir do aprendizado com Geraldo (45). No Vão do Moleque não foi possível acompanhar nenhuma queima de roça, pois as pessoas colocam fogo após a festa do Império de São Gonçalo e Nossa Senhora do Livramento, então eles começariam a queimar justamente quando eu iria para o Vão de Almas. Muitas das festas realizadas pelos Kalunga possuem ligação direta com os tempos de plantio e colheita das roças (Coelho; Santos; Filho, 2015), e “esta associação é comum em comunidades rurais, mas em se tratando de comunidades tradicionais do Cerrado, possuem ainda especificidades relacionadas às estações muito bem definidas de chuva e de seca” (Lima, 2015, p. 39).

No Vão de Almas, a partir de indicação das pessoas, cheguei na casa de Geraldo (45), que queimou sua roça no dia em que cheguei até a casa dele. Conversamos sobre quem eu era, meu estudo com o fogo e a intenção de fotografar a queima. Na hora de queimar, ele disse que, já que



eu estava lá, eu botaria o fogo. Me disse para colocar 3 ou 4 pontos “*arrudiando a roça*”. Acendeu a candeia e passou ela acesa para mim. Coloquei os pontos de fogo. Depois ele disse que era pra eu fazer meu trabalho que ele e seu filho continuariam a espalhar o fogo pela roça.

Ele me ensinou a queimar porque o conhecimento é passado pela oralidade e muito pela prática. Desde cedo as crianças acompanham o processo de queima, e as mulheres, mesmo que não sendo a maioria delas, ajudam nas queimas ou no preparo da área. A confecção da roça, ou seja, a apropriação do território, é passado também pelo uso do fogo. Já que eu estava ali para estudar o fogo e ver como é o processo de queima, ele me ensinou como aprendem: fazendo, queimando.

Tive a oportunidade de conversar com Carlos (35), um moço Kalunga que é brigadista há 6 anos no Prevfogo/IBAMA, atuando dentro e fora do território. Ele me disse quanto às diferenças técnicas, principalmente, da forma de queimar e das ferramentas utilizadas para realização da queima. Ele disse que o jeito de queimar é diferente, porque Kalunga queima em círculo e Prevfogo queima em expansão, ou seja, riscando 1 linha de fogo. Sobre os aparatos técnicos usados para colocar o fogo, Geraldo (45) disse que queima com a candeia da festa “*que é pra mó do fogo num escapá, pra abençoá a queima*”. Já os brigadistas usam o pinga-fogo, um instrumento de metal que usa uma mistura de gasolina com óleo diesel - 20% e 80%, respectivamente. Carlos (35) disse que é diferente colocar o fogo com pinga-fogo do que com isqueiro ou palha, porque com o pinga fogo é mais intenso, queima mais. Em uma frase Carlos (35) resumiu toda essa diferença entre o fogo institucional e o fogo Kalunga, dizendo que “*no Prevfogo a gente aprende estratégia, no Kalunga é truque*”. O Prevfogo aprende estratégia porque a visão do órgão é permeada pelo paradigma do Fogo Zero, ou seja, a forma de pensar foca no fogo indesejado, nos incêndios florestais e todo o seu ônus, ensinando majoritariamente estratégias de combate ao fogo, diferente dos Kalunga que tem o fogo como um aliado de manejo de suas paisagens, territórios e produção de alimento. Essas são diferenças de caráter epistêmico, possuindo diversos significados e materialidades.

Carlos aprendeu com o seu pai, me disse que o ajudou a queimar roça várias vezes, e depois queimou sua roça sozinho; disse que teve medo e sentiu ansiedade, mas que deu tudo certo e que o fogo não escapou. O fogo não escapa se faz do jeito certo. Ele me disse que percebe que há respeito e busca dos conhecimentos tradicionais dentro do Prevfogo; e que dentro do Território há



diferenças culturais no manejo do fogo. Todos fazem mais ou menos da mesma forma e seguindo as mesmas épocas de queima, mas cada lugar é um lugar, e cada pessoa tem seu modo. O costume de queimar roça com a candeia da festa eu vi apenas no Vão de Almas. Há diferenças também no tempo das queimas. No Vão do Moleque, eles costumam esperar passar a festa do Império (13 a 17 de setembro) para começar a queimar as roças; esse tempo coincide com as queimas de roça no Vão de Almas; entretanto, na comunidade do Mimoso, tive a impressão de que queimam um pouco antes, e, segundo Fábio (35) *“é porque são mais agoniados para queimar”*.

Em relação à criação de gado, Luiz (61) me contou que *“abril queima um aqui, outro ali, outro acolá, queimava pouco e variado, né, os animal gosta do queimado, do broto”*. *“Pra achá o gado tem que í onde queimô por último, a queimada atrain os bicho e nois sabe onde eles tão”*, explicou Francisco (80), que também disse que faz queimas rotativas, frequência de mais ou menos a cada 2-3 anos no mesmo lugar.

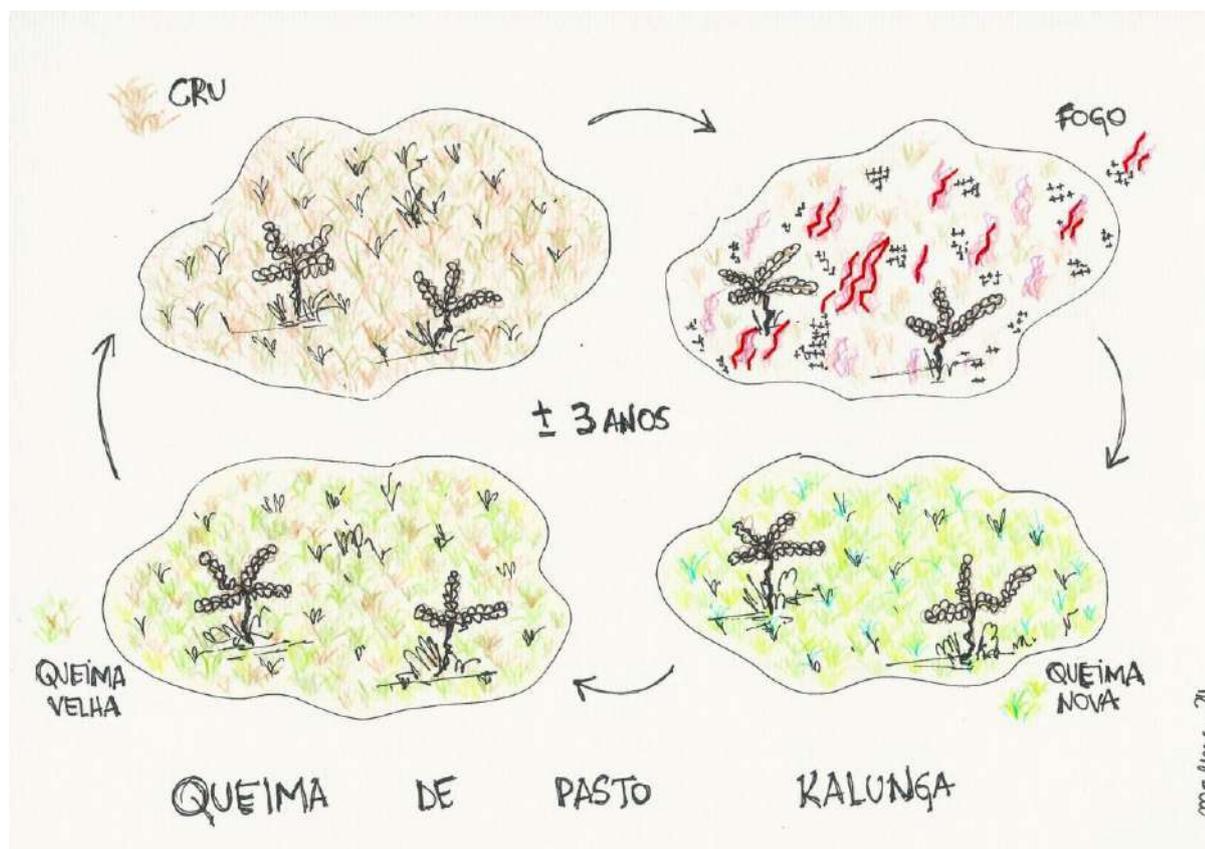
O desenvolvimento da pecuária dentro do território passou por mudanças significativas em decorrência de mudanças no regime de chuvas e da raça do gado, proibição do uso do fogo e desaparecimento das veredas. Antigamente o gado era, majoritariamente, criado solto, na larga, que são as áreas comuns do território. As queimas cumpriam a função de impulsionar as rebrotas, dando alimento novo e saudável pro gado, mas também como ‘cerca’, como dito por Francisco, porque o gado fica onde queimou por último, que é onde os brotos são mais novos, então eles sabem onde seu gado está de acordo com as queimas que fizeram no território.

Essas informações nos indicam um regime de fogo: extensão das queimas era pequena e frequência de queima mais ou menos a cada 2 anos. Além disso, o *“queimar pouco e variado”* nos remete ao conceito de pirodiversidade. Ou seja, diversas queimas com extensões e frequências variadas, formando um mosaico biodiverso (Martin & Sapsis, 1992; Bowman *et al.* 2016).

A figura abaixo demonstra o esquema das queimas rotativas. Eles chamam de cru o capim ‘velho’, ou seja, que já está acumulado por 2 ou 3 anos. É o cru que eles queimam; essa queima, que irá ficar verdinha de brotos dentro de 2-3 semanas, no ano seguinte já é uma queima velha, com novas rebrotas e um pouco de capim acumulado. O fogo, quando colocado em abril, é mais frio e menos intenso que um fogo ao final da estação seca. Ele consome o material seco,

preservando os arbustos e a vegetação verde. Essa gama de conhecimentos ecológicos, empíricos e tácitos, acumulados ao longo do tempo, permitem maior acurácia na gestão da natureza, pois são construídos a partir da interpretação do ambiente em que vivem e seus ciclos.

Fig. 4. Ilustração da rotatividade das queimas no capim.



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Os manejos das paisagens naturais foram e são estabelecidos a partir dos próprios ciclos da natureza: regime de chuva, regime de fogo, crescimento da vegetação, fases da lua, floração, frutificação, reprodução dos bichos etc. É necessário um conhecimento do ambiente em sua totalidade, bem como os fatores que compõem determinada realidade para que seu uso seja ecologicamente sustentável. O regime de fogo não pode ser ignorado quando pensamos nos ciclos ecológicos, e ele remete à época de queima, frequência que um lugar queima, tamanho de área



queimada em cada evento, o comportamento do fogo, severidade e padrão de propagação do fogo (Myers, 2006, p. 8).

Não só os seres humanos aprenderam a viver num ambiente inflamável como o Cerrado. Raimundo (40) uma vez viu um ninho de ema, e contou que ela faz um aceiro em volta do ninho, tira todo capim e deixa bem limpo, num raio de 3-4 metros, porque *“deve de tê tomado muito prejuízo com fogo já né, aí ela faz assim, achei lindo, é grande demais, do tamanho dessa sala aqui o acero que ela fez”*.

Luiz (61) contou que *“tempo certo de queimá é abril, setembro e outubro. Abril queima serra, vereda, quando tinha né, queimava o capim. Outubro hoje porque antes era setembro, também porque outubro já chovia, então roça queimava em setembro”*. Francisca (78) acrescentou que *“nessas epa agora [setembro] já tava muito queimado também porque a chuva vinha antes né, mas dava umas chuvada e queimava pra mó do capim brotá forte. Abril antes de pará de chovê queimava tamém”*. João (55) disse que *“se ficá muito tempo sem queimá, quando queimá vai queimá tudo, até os pau grosso, e quando queima sempre, pega só os capim já seco mesmo. Mas se qué queimá o bom é na época seca, agosto setembro outubro queima bom”*.

A partir de tais falas, percebemos que existe uma relação estreita entre o calendário de queima e a sazonalidade climática - que tem sido alterada em decorrência das mudanças no regime de chuva - que se estabelece a partir dos objetivos de cada queima. Quando a queima é de roça, ou seja, de preparo de solo para plantio, o foco é a limpeza da área, então a queima é feita pouco antes do plantio, ao final da estação seca. Se é queima para o gado, algumas pessoas queimam no final da estação chuvosa, que é pro capim rebrotar forte e aguentar firme a estação seca, garantindo alimento para o gado. Mas também fazem esse tipo de queima ao final da estação seca, logo antes da chuva. Percebemos que, da mesma forma que existe variabilidade no tempo de uso e descanso das roças, existe variação na época em que se queima capim, dependendo da intencionalidade do sujeito e da leitura do ambiente para realizar a queima.

Além da época do ano em que se realiza a queima, também existe o uso do calendário lunar, como disse Roberto (75) *“tempo de queimá pra acabá com as erva é lua minguante de maio, e roçá roça também é nesse tempo. Aí se qué queimá pro capim brotá, é na lua nova de*



setembro/outubro” e Francisco (80) relatou que *“queima na lua minguante quando que acabou com as erva, e na crescente e cheia pra brotá mió o capim”*. Não é surpresa que as fases da lua sejam consideradas para alcançar o objetivo de podas ou dos plantios, e com o fogo não é diferente.

João (55) disse que *“o capim depois que morre, se não queimá, ele atrapaia os outro, sufoca, tem que queimá pro outro crescê”*. *“Não pode ficá muito tempo sem queimá não, deixá cru, se fica muito tempo sem queimá, quando queima queima até o chão”*, me contou Luiz (61). Francisco (80) segue a mesma lógica e me disse que *“se fica muito tempo sem queimá vai acumulando aquela macega, aquele fubá véio e daí vai acabando o capim, não deixa os outro saí”*. Quando conversei com Roberto (75) sobre queimar para prevenir danos com fogo, ele disse que *“é bem isso mesmo, a macega é dura, não pode deixá não, as vezes cê vê umas assim de uns 5 anos sem queimá e o trem fica esquisito, pode deixá não, porque daí quando queimá o fogo ninguém segura não, queima é tudo, corre no mundo”*. E, ainda sobre usar o fogo para ajudar a vegetação, Ana (22) falou que *“o capim nasce mió depois do fogo, o povo tem preconceito com o fogo porque parece que acabô com tudo, mas o capim nasce mais forte, verdim que é a coisa mais linda”*.

O fogo é usado para manejo e controle da vegetação. Os capins crescem, se reproduzem, sementeiam e morrem, sendo em algumas espécies esse ciclo anual. Outros possuem ciclo de três anos. A esse acúmulo de capim seco - o combustível fino, de melhor qualidade, altamente inflamável - eles dão o nome de macega. Quanto mais macega acumula, mais inflamável se torna aquele lugar, e conseqüentemente mais perigoso é o fogo quando ele pega, situação observada em outros lugares onde as queimas de manejo foram deixadas de lado após proibições e contato com culturas externas (Mistry, Bilbao, Berardi [s.d])

Se acontecer um fogo num lugar com acúmulo de capim de muitos anos, e principalmente se acontecer ao final da estação seca, é possível queimar inclusive o chão, pois o solo guarda muita matéria orgânica. As plantas do Cerrado se desenvolvem em suas raízes para que acessem águas subterrâneas no período de estiagem, e também se constitui como um mecanismo evolutivo adquirido a partir do fogo e da herbivoria, pois as raízes guardam o material necessário para a rebrota, garantindo resiliência ao bioma (Durigan 1998; Vieira et al. 2006; Sampaio et al. 2007b). O manejo do capim serve para prevenir esse fogo que é muito destrutivo, pois ele queima as plantas pelas raízes, e queima o solo em si, fazendo com que perca sua capacidade de reter água.



A recuperação da vegetação e de ambientes que são acometidos por esse tipo de fogo é muito lenta e difícil (Flores *et al.* 2021), necessitando muitas vezes o manejo de replantio de vegetação nativa.

MUDANÇAS AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS

Apesar de não ter sido um tópico intencional de pesquisa, foram muitas falas a respeito das mudanças no regime hídrico e como isso afeta e influencia as dinâmicas atuais. Dona Francisca (78) disse que

das coisa que pioro é a chuva que tem faltado, hoje os corgo, as grotá seca tudo. De primeiro os bicho atolava na seca, hoje cabô tudo, virou tudo areião, só tem pau. Tanto pau que se riscá um fósforo pega nada porque acabô o capim. A derradera enchente que eu vi tem uns 30 anos, não sei dizer a era ao certo mas é mais ou menos isso, depois disso foi faiando, faiando, e os capim acabano, aí cabô de acabá.

Marcos (78) disse que “antes chovia de inverno, chovia 2 meses dia e noite sem pará”. Roberto (75) falou que “a natureza mudô muito, no meu tempo eu sabia certinho a chuva, hoje é mais difícil tê base”. Raimundo (40) disse que “era menino quando vi a última cheia mesmo. As chuva diminuiu né, mas tem uma história que elas muda de lugar, vai andando, só que ela esqueceu de passá aqui [risos] deve ter uns 25 anos isso”. Quando perguntei porque a chuva diminuiu, Raimundo (40) respondeu “aí a senhora me apertô... dizem que é por causa do desmatamento né, porque é a árvore que chama a chuva, mas nois aqui não desmata assim não pra falá que vai faltá chuva”. Então instiguei perguntando sobre os desmatamentos do entorno, aí ele respondeu que “só se for isso né, porque de São João pra cá pra nois é longe mas pra chuva é pertinho né, aí se o cê for ver desses desmatamento em volta, nois tá tipo num miolinho né”.

Antigamente chovia tanto no período da chuva, acumulava tanta água no solo e nos córregos, que mesmo durante a estação seca ainda tinha água em muitos lugares, ainda tinha brejo. Essas mudanças são atreladas ao uso que fazemos do meio ambiente, ao sentido que damos à natureza; e como frisamos anteriormente, há diferentes usos e diferentes consequências. Nas palavras de Porto-Gonçalves (2014, p. 165)

na medida em que se planta na chapada, surgem também problemas nas veredas, como a contaminação e escasseamento da água. As populações já não conseguem mais ter controle sobre as dinâmicas hidrológicas, porque os pivôs centrais estão bombeando a água a partir das chapadas. Vale lembrar que 70% dessa água, extraída de camadas profundas da terra,



se dispersa por evapotranspiração. Ocorre um desequilíbrio ecológico significativo, alterando ciclos que eram secularmente manejados pelos povos do Cerrado.

A mudança no regime hídrico, tanto do tipo da chuva quanto em seu volume, acarretam em outras mudanças como a diminuição do volume dos rios, escassez de capim e alteração no regime de fogo. A chuva de inverno consiste em chuvas constantes por meses. Essa chuva é a que molha o chão, tem capacidade de infiltrar e ir profundo no solo. Já a chuva de tempestade infiltra menos e lava mais, ou seja, escorre por cima e não recarrega os reservatórios subterrâneos.

No território, o desaparecimento das veredas já é realidade. João (55) contou que

no tempo de meu pai era vereda demais, quando eu era molecote ainda conheci vereda, mas os minadô foi acabano tudo, as vereda virou floresta, os bicho de vereda foro tudo embora, ema, veado, anta, tem mais não. Na vereda queimava pro gado né, pros bicho comer... mas a chuva foi ficando pouca e as vereda acabou. Aqui tem vereda mais.

Fernando (60) me contou que antigamente, uns 30 anos atrás, o rio Paranã não baixava tanto assim, que agora ele baixa muito, fica muito raso e com muitas ilhas e pedras à mostra, ficando mais perigoso de ser navegado na seca, e também diminuiu a quantidade de peixe e de boto.

Arelado à diminuição de animais, outra consequência grave é em relação à segurança e soberania alimentar do povo Kalunga. Como disse Sebastião (67), “o povo tá desiludido de fazê roça porque não é mais certeza de ganhá porque a chuva faia muito, aí faz a roça, planta, aí na época de enchê não chove e perde tudo, quer dizer, perdeu todo o trabalho”. E Marcelo (55) falou que antigamente todo mundo tinha laranja e banana no quintal e era fartura, mas que por causa da chuva pouca não tem mais. Antes o que se tinha mais fácil no quintal de casa, hoje depende de dinheiro e mobilidade até a cidade.

Raimundo (40) trouxe, também como consequência, o contexto da mudança no regime de fogo:

das coisa que mudô o fogo mudou porque o capim acabou né [risos], aí ficô mais controlado, menos fogo. Mas de primeiro que tinha mais capim, os campo, era muito fogo, tinha que queimá ano sim ano não porque se não acumulava muita macega. Aí ia queimano cada vez num lugar, mas ano sim ano não tinha que queimá. Queimava em outubro, depois das primeira chuva, pra terra ficá mais úmida. Queimava na lua crescente. Nas vereda o fogo não entrava nem na seca,



porque era muito úmido, o capim sempre verde. Hoje é capaz que queima só nas serras porque é onde tem capim, mas nós mesmo aqui queima mais não.

É comum percorrer quilômetros e quilômetros pelo território sem encontrar nenhuma vereda, nenhum campo úmido, nenhum buriti. Já que se queimava sempre, é plausível que a percepção seja de que havia mais fogo antes do que atualmente.

Pedro (80) disse que *“de primeiro era fogo demais, porque tinha muita macega. Queimava aí rapidinho o capim já tava grande de novo, porque chovia muito”*. Geraldo (45) disse que antigamente tinha muito fogo de raio, hoje tem menos porque tem menos capim, mas mesmo assim ainda pega de vez em quando. Percebemos, então, que a dinâmica do fogo no território mudou: há menos ambientes abertos e compostos por capins, então a quantidade de queimadas para manejar esses ambientes também diminuiu. Antes havia mais frequência de fogo e em variados tipos de ambientes, e hoje esse manejo de capim se resume às serras, e em menor frequência.

Só que o desaparecimento das veredas não se deu apenas pelas mudanças climáticas e sua consequente diminuição das chuvas. Foi relatado diminuição de eventos de queimada nas veredas, também, pela proibição do fogo (como veremos no próximo item)

pois áreas frequentemente queimadas tendem a se tornar mais abertas e com maior dominância de um estrato graminóide, e (...) a ausência do fogo geralmente promove um aumento da cobertura lenhosa (Moreira 2000), levando à perda de espécies herbáceas características e a mudanças na fisionomia da vegetação” (Fidelis; Pivello, 2011, p. 14).

Assim, fiquei me perguntando: o que primeiro impactou essas mudanças que as veredas têm sofrido? A proibição do fogo e das práticas tradicionais de manejo das paisagens? A diminuição da chuva em decorrência das mudanças climáticas? Algum fator teve mais impacto que o outro? Ou foram os dois fatores juntos?

As mudanças climáticas e as consequentes mudanças nos ambientes do Cerrado impactam o cotidiano das pessoas que vivem diretamente da relação com a natureza para garantir a vida. São consequências de um modelo de exploração que sacrifica o Cerrado para salvar a Amazônia (Porto-Gonçalves, 2014). O desmatamento do Cerrado impacta diretamente o abastecimento hídrico do país, bem como os regimes de chuva e dispersão de fauna e flora, que,



consequentemente, alteram os padrões culturais, gerando perdas dos conhecimentos locais e insegurança a respeito do futuro (Geraque, 2023; Hofmann *et al*, 2023).

AS INTERFERÊNCIAS NO USO DO FOGO

Na comunidade do Mimoso minha chegada e objetivo de minha estadia causou estranhamento. Fábio (35) que me abrigou em sua casa é professor e logo compreendeu que eu queria conversar, principalmente, com pessoas mais velhas sobre a história do fogo no território. Me levou para conversar com Roberto (75), que logo perguntou meio ressabiado “*mas você é do Prevfogo não né, é só pesquisa mesmo?*” então quando eu disse que era só estudo, ele conversou comigo. Mas não foi só ele que ficou com medo. Edson (45) disse que seu vizinho,

o homem lá tem que queimá e tá com medo, qué esperá chover, e me diz pra que? Depois que chove não queima igual não, ele fez acero, moço, acero largo, fogo não escapa não, não precisa tê medo. Mas ele também tava com medo da senhora ser do IBAMA, perguntou se o cê não era do IBAMA [risos].

Fábio (35) disse que 2023 foi o ano em que teve brigada do Prevfogo pela primeira vez lá na região do Mimoso, mas que não chegaram de fato, não trabalharam muito nas comunidades. Mas mesmo assim o medo e a desconfiança sobre pessoas relacionadas ao IBAMA são grandes.

No Vão de Almas o contato com a brigada do Prevfogo também não é intensa, pois não há base na comunidade, então é a brigada de Teresina de Goiás, município do entorno do território Kalunga, que atende o Vão de Almas quando necessário, como me contou Raimundo (40) “*aqui pra nois nunca chegou trator não, então o IBAMA também não veio, mas eu acredito que se tivesse chegado eles teria vindo, igual lá no Moleque*”.

Além da proibição do uso do fogo, no Vão do Moleque também é realidade a proibição - sem fundamento - do uso de trator para o trabalho na roça. João (55) disse que o “*IBAMA não deixa desmatá porque não conhece a região, proibiu usá trator mas é porque não conhece. Nois não qué desmatá corgo e bera de rio, é só pra abrí uma roça porque no machado e facão é duro demais*”, e Luiz (61) faz crítica, além da proibição do uso do trator, a imposição de se viver de um modo que, preconceituosamente, acham que deve-se viver os Kalunga:



não deixa nois tê trator e fazê pasto, aí vive de que? Agreste tá acabando, florestô tudo... as casa mesmo, o governador não queria que tivesse casa de teia porque casa de paia é tradição, uá, eu não entendo umas coisa assim não... porque é tradição nois tem que ficar no pior?

O agreste é um tipo de capim nativo que está acabando e dando lugar às matas. Ou seja, se há menos capim para criar gado, é necessário que seja plantado. Inclusive, é comum ver no território as chamadas “roças de capim”. O trator, assim como o machado e a foice, é um instrumento de trabalho agrícola que permite maior facilidade na lida. Ouvei relatos de que anos atrás o IBAMA apreendeu um trator que trabalhava na comunidade de forma comunitária, ou seja, 1 trator para uma região inteira do Território. E uma das maiores reivindicações é que tenham um trator para facilitar a abertura de roças.

Na região do Mimoso, Roberto (75) disse que alterou a frequência de queima por causa das proibições, e que isso acarretou na diminuição do capim e conseqüentemente no processo de derrubada de mata para plantar capim, porque

o povo foi parano de queimá porque veio esses problema de IBAMA né, de fiscalização, aí o povo ficou com medo e foi diminuino o fogo, aí o capim não brota né. Hoje nois tem que derrubar cerrado, plantar capim e formar pasto, e de primeiro não era assim.

Sobre a proibição do uso do fogo, Ana (22), no Vão do Moleque, disse que

chegô e proibiu, disse que não pode queimá a serra e pra queimá roça tem que sê com eles, mas que aqui na frente pro gado pai vai queimano aos poucos né, fogão de saí queimano e rompeno não pode botá mais porque eles diz que multa, não pode, proibiu.

e João (55) falou que “*camarada não pode abrí fogo mais sem sê com o Prevfogo porque ainda é processado*”. Essa proibição, assim como podemos perceber também na fala de Roberto (75), alterou o regime de fogo, principalmente na variável de frequência das queimadas, que, na perspectiva deles, acarretou na diminuição de capim, o que muda também o comportamento do fogo (porque o fogo se comporta diferente de acordo com o capim, sua quantidade acumulada, topografia e condições meteorológicas).

João (55) contou que



antigamente março abril abria uns fogo pouco nos pé de serra pro gado comê, queimava pouco porque tava verdinho né, queimava só o capim mesmo, distância pouca, agora tem menos capim e não pode mais porque o Prevfogo chega maio junho, mas tem gente que queima pouco ainda.

Com a chegada do Prevfogo, as queimas sofreram alterações também em decorrência da divergência entre os calendários Kalunga e institucional do Prevfogo, visto que era prática o manejo ao final da estação chuvosa, e o período de atuação do Prevfogo não contemplava esse intervalo. Nos últimos dois anos, Rodrigo (30), brigadista do Vão do Moleque, disse que agora existe a contratação de agentes de manejo fora do período emergencial, e que começaram a fazer queimas de manejo do combustível nas serras, durante o período da chuva. Apesar de representar um avanço no entendimento do papel do fogo no Cerrado, não sabemos se essas queimas são suficientes para a demanda da população, tanto no quesito dos lugares manejados quanto do número de queimas.

Desde que a base da brigada existe no Vão do Moleque, foi imposto que as queimas de roça teriam que ser feitas apenas pelo Prevfogo, ou ao menos com sua presença e supervisão, mas, na realidade, as roças são muitas e a brigada é pouca, resultando em quebra de acordos e a perda de confiança por parte dos moradores com a palavra da brigada. Ana (22) disse que *“ano passado pai não esperô e queimô sozinho, tomou abuso da espera e queimô, mas ele sabe fazê né, a vida toda queimou roça, fogo não escapou nem nada, e mesmo assim levou bronca do Prevfogo. Já teve gente que perdeu roça porque o PrevFogo não queimô a tempo”*. Francisco (80) contou que *“eles vem, tira o ponto da casa, faz cadastro e nois confia que vai vir queimá né”*; e também fez uma análise interessante sobre a composição da brigada e sua forma de trabalhar, dizendo que *“os Prevfogo são Kalunga, eles sabe dos antepassados, de agora e até deles mesmos, mas não faz mais, diz que vai queimá e não queima”*.

No Vão de Almas, Jorge (72) disse que ele queimou sua roça por ele mesmo, disse que ligou pro Prevfogo *“mas num viero, aí queimei. Nunca que precisei do Prevfogo”*. Para queimar ele faz aceiro de enxada em volta e bota fogo lá pelas 15h da tarde.

Conversando com os brigadistas, uma das reivindicações comuns é quanto ao número de pessoas contratadas, que de acordo com Rodrigo (30) *“tinha que ter mais homem nessas época*



de queimá roça, porque moço é muita roça, nois dá conta não, aí às vezes eles mesmo queima porque nois não dá conta". Ou seja, o órgão dita uma forma de trabalho que não condiz com a necessidade e tempos locais, e também não proporciona trabalhadores em número suficiente para atender a demanda que o próprio órgão criou, visto que, de modo geral, os Kalunga não vêem necessidade de ter outras pessoas queimando suas roças, ou pedir autorização para queimar. Além disso, outra reivindicação forte e preocupante é sobre as condições de remuneração e segurança do trabalho, visto que não recebem insalubridade e nem seguro de vida, como também reclamou Rodrigo (30) *"tinha que melhorá salário e ter seguro de vida né, porque as veiz nois se acidenta e fica impossibilitado e daí o contrato acaba e pronto"*.

Muito me deparei com falas que questionam a filosofia do Prevfogo, como disse Francisco (80) *"o sentido do Prevfogo é bom mas falta bom-senso com a comunidade"*, porque *"eles chegaro chegan e pronto"*, como relatou Luiz (61). Inclusive, as reclamações mais incisivas vieram de Luiz (60), que desabafou dizendo que

pra mim que é coisa de política, rola muito dinheiro e pra que? Falar que gasta 300 não sei quantos milhões nesse Vão e pra que? Nois precisa de escola, posto, estrada, ponte, não Prevfogo. Eu que nunca precisei de Prevfogo, eu sei botar fogo. Uma vez falaram que ia vim queimá e fiquei 15 dias esperando, aí fui lá e queimei sozinho né, a chuva tava ameaçando vir.

Ele também disse que *"esses Prevfogo é metido a IBAMA, eles são metido a IBAMA"*, e concluiu dizendo que *"pra mim Prevfogo é uma ilusão"* Luiz (61). Ou seja, o Prevfogo, que não possui caráter fiscalizatório, acaba exercendo essa função, ou passando esse recado e deixando essa imagem negativa de sua atuação.

Ana (22) disse que *"eles vêm com as leis deles mas nossas leis têm séculos, faz tempo que o povo faz assim"*, porque *"os menino que aprendero com nois aqui de dentro e são do Prevfogo agora tem que seguí o calendário deles né, aprenderam de outra forma depois"*, como explicou João (55). Então vemos que há um conflito cultural e geracional causado pela existência da brigada. No Território eles possuem suas leis, costumes e forma de gerir e manejar o território que é antiga, mas que não é respeitada e considerada pelo órgão, fazendo com que os brigadistas, que são Kalunga, sejam colocados em posição que compromete suas próprias relações no território, além de acarretar perda dos conhecimentos ancestrais.



Não podemos deixar de considerar que há percepções positivas também a respeito da atuação da brigada, como disse Francisca (80) que acha bom o Prevfogo *“mas que não é tempo de tê eles mais, porque hoje quase que não tem fogo, que eles devia tê vindo antes que tinha mais fogo e era mais perigo pras casa, porque quem faria o aceiro pra proteger as casa era eles mesmo, sem Prevfogo”*; e Pedro (80) relatou que *“do Prevfogo eu acho bom porque eu não dou conta mais de mexê com fogo, aí eu chamo e eles vêm e queima os pasto”*, o que nos mostra uma perspectiva interessante, já que muitos dos jovens saem do território para a cidade e o trabalho é pesado para as pessoas idosas. Os impactos da migração e do envelhecimento demandam por rede de apoio.

Entretanto, de modo geral, a relevância do Prevfogo foi questionada o tempo todo dentro e fora da pesquisa. É uma indagação que está presente entre os Kalunga, como disse Luiz (61) *“os menino são pouco pra dizê que vai queimar as roça tudo... pra que? Nois sabe fazer. Prevfogo tem mais serventia levando povo adoentado pra cidade naqueles carro bom deles do que no fogo”*. Manoel (18) disse que *“pra mim não precisava de Prevfogo não, nois sabe fazer, sabe queimá... Prevfogo é muita regra. Já queimei muita roça com meu pai, fazia o aceiro de enxada e ia botando fogo em volta. Escapava não, nunca escapou”*. E Carlos (35), que também é brigadista, disse que sente que os jovens perderam conhecimento, e acha que tem lugar que precisa mais do Prevfogo do que o Território Kalunga. Conversando com Maria (25) a respeito das visões institucionais do fogo e como os paradigmas têm se estabelecido ao longo do tempo, eu disse que o que existe agora é o MIF, e, antes mesmo de eu continuar minha fala, ela me interrompeu dizendo *“Manejo Integrado do Fogo? mas pera aí, quer dizer que nossas práticas ancestrais agora estão dentro desse MIF? mas isso é epistemicídio, quer dizer, fala que tem o caráter cultural do fogo mas é muito mais do que isso”*.

Observamos então um cenário complexo com muitas críticas, desconfianças, inseguranças, conflitos e atitudes que atrapalham e ameaçam a soberania do povo Kalunga quanto à gestão de seus territórios e de seus conhecimentos. A consequência é uma desterritorialização no território, ou seja, as pessoas vivem em seu lugar, no território, mas não possuem autonomia para manejar de acordo com seus conhecimentos, cultura e leis.

Vemos que no Território Kalunga há uma sobreposição de territorialidades e técnicas, acarretando em conflitos. Esse conflito existe porque



cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Os respectivos 'tempos' das técnicas "industriais" e sociais presentes se cruzam, se intrometem (Santos, 2020, p. 59)

e, no caso que estamos analisando, podemos ser mais enfáticos e dizer que essa intromissão de técnicas se deu de forma colonialista, que modificou totalmente não a técnica, porque o povo Kalunga ainda resiste queimando por si, mas modificou as ações que agora são pautadas em insegurança.

Termino esta parte com a fala de Paulo (60), pois ela abarca diversos elementos sobre as técnicas, as mudanças ambientais, a gestão do território pelos Kalungas, os atravessamentos externos e o conflito entre leis próprias e leis institucionais:

O Prevfogo? É bão, é bão. Mas te falá que parô de botá fogo aí as vereda fechô né, os pau cresceu e ficô tudo colado, virô mata. Na vereda ano sim ano não botava fogo, aí os Meio Ambiente falaro que não podia mais queimá aí fomo parano de queimá e acabô. Hoje em dia não faz mais fogo pra abrí vereda igual antes. Isso foi de uns 15 anos pra trás, pra mais. Te falá que o Meio Ambiente tem umas lei errada, tem muita lei certa, mas tem muita coisa errada também. Aí as vereda acabô, aí tem que derrubá cerrado prá fazê pasto aí não deixa também, não deixa usar trator, qué dizê, como faz? Não pode queimá, não pode derrubá, não pode usá trator, faz como? Mas o Prevfogo é bão, é bão. Nessa época aqui já ia tá muito queimado. Quase todo ano o povo ia queimando. Queimava no começo do ano uns lugar, final do ano outros e fazia as roça também. Pra mim que não precisava ter Prevfogo não. O fogo não escapulia não, mas se escapasse também logo apagava ali... agora quando escapa aí bota eles pra apagar fogo, deixa eles correndo atrás de fogo, mas dá conta não de subir essas serra apagando fogo não. Pra minha mentalidade que precisava deles não. Mas é bom né. As vezes eles queima pra nois. Mas te falar que tem muita lei errada viu, muita lei errada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o fogo ainda é permeada de tabu e preconceitos, visto que há uma tendência popular de encararmos o fogo apenas como maléfico e degradante. Em muitos casos realmente é; mas em tantos outros ele é essencial. Cada contexto é único, cada paisagem possui seu regime de fogo específico. Também é preciso atenção à importância de seu uso na produção do espaço, porque o fogo, enquanto objeto técnico, sustenta modos de vida ao redor do mundo, em diversas escalas e significados. Os conflitos existentes na gestão da natureza se dão pelo encontro de divergentes filosofias e modos de existir no mundo, sendo a existência colonialista e capitalista a lógica que, pelo uso da força, se impõe sobre outros modos de vida.



A existência de um órgão ambiental público como o IBAMA, principalmente na esfera da fiscalização de crimes ambientais, é fundamental e defendemos sua existência. Entretanto, em agendas que possuem camadas socioambientais, é preciso atenção e tato para lidar com as populações e territórios onde atuam. As críticas e apontamentos dirigidos ao Prevfogo/IBAMA não dizem respeito aos servidores em si, principalmente os que trabalham na linha de frente, como os brigadistas. O contexto de divergências entre os significados do fogo possui bases no trágico paradigma do Fogo Zero, que ainda respinga em práticas institucionais.

O Fogo Zero e as intervenções do Prevfogo/IBAMA atravessam os territórios Kalunga gerando impactos negativos, tanto na esfera ecológica, visto que os usos do fogo e seus regimes foram alterados causando prejuízos ambientais, quanto na esfera epistemológica de gestão de alguns dos territórios Kalunga, sendo mais forte no Vão do Moleque, onde a brigada é mais presente. De modo geral, ousamos afirmar que o Povo Kalunga foi colocado em posição de vulnerabilidade e não-gestão da própria vida em relação ao manejo do fogo. Podemos dizer que ocorreu, também, uma degradação sociocultural do uso do fogo, percebida pela perda de conhecimentos tradicionais, choque cultural e geracional, e alteração no regime de fogo.

Durante diversas conversas, ouvi que “*não conhecem a realidade*” e por isso proíbem o fogo, exaltando uma reivindicação dos Kalunga para que o IBAMA conhecesse melhor suas necessidades antes que qualquer lei ou norma fosse estabelecida em seus territórios: “*a senhora podia trazê os home do IBAMA de Brasília pra vir conversá com nois aqui*”, como disse Francisco (80). Assim, estendemos o convite aos gestores do IBAMA para que visitem e conheçam as realidades Kalunga.

A agenda considerada ambiental é, na verdade, sociocultural. Não existe gestão da natureza desvinculada das demais camadas da vida como a política, a economia, saúde, justiça, crenças e produção do conhecimento. O que está em pauta é qual filosofia orienta a forma como produzimos nossos espaços, as hierarquias estabelecidas, a quem a lógica da exploração dos “recursos naturais” serve e quem se beneficia do modelo vigente. Não existe conservação do Cerrado sem os povos do Cerrado! E isso é verdadeiro para as diversas sociedades que compõem o Brasil, que possuem culturas tão diversas quanto suas paisagens.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRADAS, A. C. S. **A gestão do fogo na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Brasil.** 2017. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade em Unidades de Conservação) Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BARRADAS *et al.* Paradigmas da Gestão do Fogo em Áreas Protegidas no Mundo e o caso da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. *In: Biodiversidade Brasileira*, v. 10, n. 2, p. 71-86, 2020.

BILBAO *et al.*. Indigenous use of fire and forest loss in Canaima National Park, Venezuela. Assessment of and tools for alternative strategies of fire management in Pemón indigenous lands. *In: Human Ecology*, v. 38, n. 5, p. 663-673, 2010.

BOND, W. J., & ARCHIBALD, S. Confronting complexity: fire policy choices in South African savanna parks. *In: International Journal of Wildland Fire*, v. 12, n. 4, p. 381-389, 2003.

BOWMAN *et al.* The human dimension of fire regimes on Earth. *In: Journal of Biogeography*. v. 38, n. 12, p. 2223-2236, 2011.

_____. Pyrodiversity is the coupling of biodiversity and fire regimes in food webs. *In: Phil. Trans. R. Soc. B*, v. 371, n. 1696, 20150169, 2016.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...].** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 27/07/25.

_____. Lei 14.944. **Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14944.htm. Acesso em: 27/07/25.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. *In: Pelá; M. CASTILHO, D. (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares.* Goiânia : Editora Vieira, 2010.

CLAVAL, P. Etnogeografias – Conclusão. *In: Espaço e Cultura*, n. 7, pp. 69-74, jan/jun. 1999.

COELHO, R. R.; SANTOS, V. C.; FILHO, P. P. A relação entre os festejos e os ciclos produtivos na Comunidade Quilombola Kalunga em Goiás. *In: II Encontro de Pesquisadores sobre os Quilombolas Kalunga, Políticas Sociais e Pesquisa no Território Kalunga*, 2015, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG/IESA, 2015. [Recurso Eletrônico] Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/ANAIS_VERS%C3%83O_FINAL_II_ENCONTRO_arte_\(2\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/ANAIS_VERS%C3%83O_FINAL_II_ENCONTRO_arte_(2).pdf). Acesso em: 29/07/25

COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS) - MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Belo Horizonte, s.d. [Recurso



MODA, N. M.; LASCHEFSKI, K. A.; CHAVEIRO, E. F.

O Fogo Kalunga: Usos Tradicionais, A Presença do PREVFOGO/IBAMA e Conflitos Territoriais.

| Dossiê

eletrônico] Disponível em <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 29/07/25

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3a ed. – São Paulo: Hucitec, 2001.

FIDELIS, A.; PIVELLO, V. R. Deve-se Usar o Fogo como Instrumento de Manejo no Cerrado e Campos Sulinos? *In: Biodiversidade Brasileira*, ano I, n. 2, p. 12-25, 2011.

GERAQUE, E. **O Cerrado em seu momento mais difícil**. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/10/26/o-cerrado-em-seu-momento-mais-dificil/#:~:text=Apontado%20como%20o%20bioma%20mais,implique%20qualquer%20preju%C3%ADzo%20%C3%A0%20conserva%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 29/07/25.

FLORES *et al.* Tropical riparian forests in danger from large savanna wildfires. *In: Journal of Applied Ecology*, v. 58, p. 419–430, 2021.

HOFMANN *et al.* Changes in atmospheric circulation and evapotranspiration are reducing rainfall in the Brazilian Cerrado. *In: Scientific Reports*, v. 13, n. 11236, 2023.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *In: Revista TERRITÓRIO*, ano 11, n 3, jul./dez. 1997.

HOLZER, W. **A Geografia Humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: Eduel, 2016. 392p.

LASCHEFSKI, K. A.; DUTRA, C.; DOULA, S. M. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. *In: Soc. & Nat.*, ano 24, n. 3, p. 405-418, set/dez. 2012.

LIMA, L. N. M. Encontros e distanciamentos entre a religiosidade Kalunga e o catolicismo oficial: um olhar para as singularidades do lugar na festa de Nossa Senhora Aparecida. *In: II Encontro de Pesquisadores sobre os Quilombolas Kalunga, Políticas Sociais e Pesquisa no Território Kalunga*, 2015, Goiânia. Anais... [Recurso Eletrônico]. Goiânia: UFG/IESA, 2015.

MARANDOLA JR, E; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.161-181, jul. 2009.

MARTIN, R. E.; SAPSIS, D. B. Fires as agents of biodiversity: pyrodiversity promotes biodiversity. *In: Proceedings of the conference on biodiversity of northwest California ecosystems*. Cooperative Extension, University of California, Berkeley, 1992.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In: MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 61-77.

MISTRY *et al.* Indigenous fire management in the cerrado of Brazil: the case of the Krahô of Tocantins. *In: Human ecology*, v. 33, n. 3, p. 365-386, 2005.



MODA, N. M.; LASCHEFSKI, K. A.; CHAVEIRO, E. F.

O Fogo Kalunga: Usos Tradicionais, A Presença do PREVFOGO/IBAMA e Conflitos Territoriais.

| Dossiê

MISTRY, J.; BILBAO, B. BERARDI, A. **Soluções próprias da comunidade para o manejo do fogo nos ecossistemas de floresta tropical e savana: estudos de caso de comunidades indígenas da América do Sul.** [s.d]

MYERS, R. L. Convivendo com o Fogo - Manutenção dos Ecossistemas e Subsistência com o Manejo Integrado do Fogo. *In: The Nature Conservancy*, 2006.

PAUSAS, J. G.; KEELEY, J. E. A burning story: the role of fire in the history of life. *In: BioScience*, v. 59, n. 7, p. 593-601, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade:** diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. [Entrevista cedida a] Mônica Nogueira. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 5, n. 3, p. 159-168, setembro à dezembro, 2014.

PYNE, S. J. Pyromancy: Reading Stories in the Flames. *In: Conservation Biology*, v. 18, n. 4, p 874–877, 2004.

PYNE, S. J. The human geography of fire: a research agenda. *In: Progress in Human Geography*, v. 33, n. 4, p. 443–446, 2009.

SAMPAIO, A. B.; K. D. HOLL; A. SCARIOT. Does Restoration Enhance Regeneration of Seasonal Deciduous Forests in Pastures in Central Brazil? *In: Restoration Ecology*, v. 15, p. 462– 471, 2007b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

VIEIRA, D. L. M. *et al.* Tropical dry-forest regeneration from root suckers in Central Brazil. *In: Jornal of Tropical Ecology*, v. 22, p. 353–357, 2006.

SCOTT, A. GLASPOOL, I. The diversification of Paleozoic fire systems and fluctuations in atmospheric oxygen concentration. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, vol. 103, n. 29, p. 10861–10865, 2006.



SOBRE A AUTORIA

Nádia Malena MODA



MODA, N. M.; LASCHEFSKI, K. A.; CHAVEIRO, E. F.

O Fogo Kalunga: Usos Tradicionais, A Presença do PREVFOGO/IBAMA e Conflitos Territoriais.

| Dossiê

Licenciada em Geografia pela UNICAMP (2018) e mestra em Geografia pela UFMG (2024). Possui experiência de voluntariado em unidades de conservação e pesquisa junto a comunidades tradicionais. As áreas de interesse abarcam os usos do fogo, ecologia política, geografia cultural, geografia agrária, estudos anti-coloniais, mudanças climáticas, conservação da sociobiodiversidade, gestão de áreas protegidas e políticas ambientais.

Klemens Augustinus LASCHEFSKI

Possui títulos de mestre (1992) e de doutor em Geografia (2002, bolsista CAPES/DAAD), ambos da Universidade de Heidelberg, Alemanha. Atualmente é professor titular com ênfase em Ecologia política no Programa de Geografia do Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador do CNPq. Tem experiência em pesquisas com respeito ao Desenvolvimento Sustentável e ao Meio Ambiente, atuando principalmente como os seguintes temas: conflitos socioambientais em torno de mineração, hidrelétricas, agrocombustíveis (cana-de-açúcar), certificação florestal em plantações de eucalipto e na floresta primária da Amazônia, Mecanismo do Desenvolvimento Limpo e políticas ambientais nacionais e internacionais, urbanização, empreendimentos imobiliários e ocupações urbanas, saneamento e sustentabilidade nos espaços rurais e urbanos no geral.

Eguimar Felício CHAVEIRO

Possui Graduação em Geografia pela Pontífice Universidade Católica de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). É Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço, Sujeito e Existência "Dona Alzira". Mantém parcerias de trabalho com instituições em Moçambique/África, Cuba, Chile e Alemanha. Coordena projetos de pesquisas financiados pelo CNPq, CAPES e FAPEG. Desenvolve trabalhos ligados à abordagem territorial do Cerrado; saúde, trabalho e território; cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência; Geografia, literatura e arte.

Submissão: 05 de maio de 2025

Avaliações concluídas: 08 de agosto de 2025

Aprovação: 26 de agosto de 2025



MODA, N. M.; LASCHEFSKI, K. A.; CHAVEIRO, E. F.

O Fogo Kalunga: Usos Tradicionais, A Presença do PREVFOGO/IBAMA e Conflitos Territoriais.

| Dossiê

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

MODA, N. M.; LASCHEFSKI, K. A.; CHAVEIRO, E. F. O Fogo Kalunga: Usos Tradicionais, A Presença do PREVFOGO/IBAMA e Conflitos Territoriais. Revista *Temporis(ação)*: periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-30, jul./dez., 2025. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >